

**ATA**

Aos oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezasseis, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**INTERVENÇÕES**-----

1 – Vereador André Coelho Lima – Começou por manifestar o desejo de que as férias tenham sido retemperadoras para todos. Continuou, referindo o Projeto da Torre de Alfândega, assunto tornado público pela Câmara Municipal na última semana, lembrando a intervenção do Vereador José Torcato Ribeiro na reunião do Executivo de 16 de março último pela circunstância de a Câmara Municipal não ter exercido o direito de preferência nas aquisições relevantes para poder intervir naquele espaço. Perguntou, então, e considerando que já existir projeto, se haveria já acordo com os proprietários no sentido da aquisição dos referidos prédios e quais as respetivas condições. -----

2 – Vereadora Maria Helena Soeiro – Começou por agradecer a todos quantos se preocuparam consigo nesta fase que passou e a impossibilitou de estar presente nas reuniões por motivos de

saúde. Continuou, fazendo a sua intervenção sobre a Carta Educativa, lendo, em voz alta, um documento solicitando que o seu teor ficasse transcrito em ata: "Retomo o assunto que abordei no PAOD da última reunião em que estive presente, a do dia 4 de fevereiro, recuperando quase na íntegra a intervenção que na altura fiz porque, infelizmente, os factos então referidos, apesar de volvidos mais de seis meses, permanecem atuais. Referi que, no início do mandato, logo em 2013, a Sra. Vereadora da Educação afirmou que a carta educativa se encontrava desatualizada e que iria trabalhar com a Universidade do Minho no sentido de se elaborar, tão rápido quanto possível, uma nova Carta Educativa para o concelho de Guimarães, inclusive que assumisse a componente de Carta Educativa Digital, que possibilitasse *"ter dinâmica, isto é, que ano após ano possa ser reajustada no sentido de fazer uma identificação das necessidades em função dos comportamentos demográficos"*. Aludi ao ponto de situação efetuado na reunião do Conselho Municipal de Educação realizada a 8 de julho de 2015, relativamente à Carta Educativa, na qual tinha sido afirmado pela Senhora Doutora Maribel Santos, do Departamento de Informática da Universidade do Minho que, *"apesar dos constrangimentos sentidos ao longo do processo de construção do modelo, está praticamente concluído pelo que no final do mês de setembro estarão reunidas as condições para a apresentação formal da Carta Educativa Digital"*. Relembrei que, volvidos já mais de 4 meses desde o fim de setembro de 2015, ainda não havia qualquer informação quanto à apresentação formal da Carta Educativa e que, nessa mesma reunião do Conselho Municipal de Educação, a Sra. Vereadora afirmara que *"a Carta Educativa e o Plano Educativo Local continuarão a ser os instrumentos orientadores da política educativa a promover no*



concelho". Em resposta à preocupação por nós manifestada, a Sra. Vereadora da Educação *"Informou que a aplicação foi apresentada a 10 de dezembro último como tese de defesa de mestrado de um aluno da Universidade do Minho, estando prevista para o próximo dia 13 de fevereiro a adaptação aos servidores da Câmara Municipal."*, tal como consta da ata. Sr. Presidente, estamos em setembro de 2016. Continuamos sem qualquer informação quanto à apresentação formal da Carta Educativa. E estamos no início de mais um ano letivo. Entretanto, encerraram mais escolas, algumas das quais em Uniões de Freguesias, que ficaram sem nenhum estabelecimento de ensino, como é o caso de Leitões ou de Vermil. E em mais do que uma ocasião a Sra. Vereadora da Educação referiu que um dos motivos pelos quais o encerramento de escolas não deveria ser determinado centralmente mas sim localmente, através da carta educativa, era precisamente para evitar que esta situação se verificasse. Estamos no início do último ano letivo deste mandato. Reiterando a preocupação por nós manifestada em fevereiro, se foi a própria Vereadora da Educação que considerou, logo no início do seu mandato, que a Carta Educativa estava desatualizada, e em Julho do ano passado afirmou ser esse o instrumento orientador da política educativa, podemos concluir, Sr. Presidente, que no último ano letivo do mandato, a Câmara continua a utilizar como instrumento orientador da política educativa no concelho um documento que data de 2006 e que os senhores reconhecem estar desatualizado? E termino como terminei a minha intervenção no dia 4 de fevereiro: Naturalmente que é expectável que possa estar para breve o anúncio de alguma evolução neste tema. Quem sabe até se hoje mesmo não será aproveitada esta minha intervenção para anunciar um qualquer desenvolvimento que, do ponto de vista público, rapidamente

substituirá a intervenção – e a preocupação – que trouxe a esta reunião, mas subsiste a questão substantiva, a atualização dum documento norteador de toda a política educativa, um documento que se adapte inclusive à visão da responsável pelo pelouro da Educação, um documento que todos reconhecíamos estar desatualizado mas que, no início do último ano letivo do mandato, subsiste sem a anunciada revisão, pois isso é que nos preocupa verdadeiramente.” -----

3 – Vereador José Torcato Ribeiro – a) - Perguntou se já houve resposta para a proposta aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara de 14 de abril último tendo em vista a classificação das Muralhas de Guimarães/Cerca Urbana de Guimarães como Monumento Nacional; **b)** - Referiu a necessidade de resolver um problema ocorrido no Parque Infantil de Mascotelos, inutilizado há cerca de 9 meses; **c)** – Disse ter tomado conhecimento, através de um artigo publicado num jornal, da possibilidade de a Câmara Municipal ter de devolver a comparticipação recebida pela obra do espaço destinado ao ensaio das bandas de garagem, no Teatro Jordão, em virtude de não estar a ser utilizado. Continuou, referindo que, de seguida, a Câmara Municipal anunciou a abertura ao público das referidas salas de ensaio para a próxima sexta-feira, 9 de setembro. Disse que o que punha em causa era a rapidez com que se pretendeu realizar estas obras naquele espaço, visto tratar-se de uma área que vai sofrer uma intervenção profunda, o Teatro Jordão, que implica obras estruturantes, dizendo que foi sempre sua opinião que as salas não deveriam ser ocupadas enquanto aquela obra maior não estivesse concluída. -----

4 – Vereador Ricardo Araújo – Quis também intervir sobre o assunto que respeita à não abertura das bandas de garagem, perguntado se a Câmara Municipal tinha sido notificada pela



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte - CCDRN - no sentido de ter que devolver o valor do financiamento comunitário para aquele equipamento. Continuou, referindo ter recebido há poucos dias um "Press Release" da Câmara Municipal que informava que o espaço iria ser aberto, dizendo que não queria acreditar que a Câmara Municipal tivesse reagido a esta situação, precipitando-se a abrir as salas de ensaio, visto que, supostamente, estas estariam encerradas por falta de condições. Assim, perguntou se esta abertura tinha sido precedida de obras e que tipo de obras tinham sido realizadas. Quis saber também se as condições de segurança estão asseguradas e qual o custo adicional da nova intervenção. -----

5 - Vereadora Adelina Paula Pinto – Em resposta à intervenção da Vereadora Maria Helena Soeiro, disse que a o Plano Estratégico Municipal virá à próxima reunião de Câmara para posteriormente ser submetido a discussão pública. Disse ter sido um processo muito participado e alargado a várias Escolas da Universidade do Minho, tendo já sido presente ao Conselho Municipal de Educação em julho último. Quanto à Carta Educativa digital, recordou que considerou, ao tempo, que esta opção teve como pressuposto não fazer sentido a elaboração de uma Carta Educativa normal, uma vez que rapidamente fica desatualizada, optando-se por uma Carta dinâmica que permita uma atualização automática, ano após ano, que identifique as necessidades em função dos comportamentos demográficos. Disse, ainda, que esta Carta Educativa foi trabalhada com os Sistemas de Informação da Universidade do Minho tendo por base uma tese de mestrado apresentada em dezembro de 2015. Acrescentou que as Escolas têm de trabalhar com imensas Plataformas, pelo que tem tentado que esta Carta Educativa não venha obrigar as Escolas a ter de trabalhar com mais um

instrumento desse tipo (Plataforma) para descarregar os dados. Assim, disse estar a ser tratado com uma empresa que presta serviço às escolas a possibilidade de uma aplicação que permita a atualização de dados. Caso tal não resulte, então está a ser ponderada a utilização da Plataforma da Câmara Municipal, contudo, muito limitada ao 1.º ciclo. -----

6 - Vereador José Bastos – a) – Quanto à classificação da Muralha de Guimarães como Monumento Nacional, disse que já reuniu com o Diretor Regional de Cultura do Norte e com a Diretora-Geral do Património tentando perceber o que podia ser feito no sentido de ultrapassar a falta de articulação de informação, problema para o qual ainda não há resposta, pois, de acordo com o inventário da Direção-Geral do Património Cultural, a Muralha de Guimarães é Monumento Nacional, tem número de registo e portanto não pode ser iniciado um processo para inventariar algo que estará já inventariado. Disse que o problema é de natureza jurídica uma vez que a Muralha integra a lista de monumentos nacionais num decreto-lei que remete para uma lista onde não surge a referida Muralha. Revelou que a Direção-Geral do Património Cultural reconhece que a situação tem de ser normalizada, tendo-se comprometido a encontrar a respetiva solução jurídica; **b)** – Sobre as salas de ensaio das bandas de garagem explicou que a data de abertura foi comunicada ao jornalista que assinou o artigo publicado no jornal sobre a alegada obrigatoriedade de abertura daquele equipamento. Sobre as condições das salas de ensaio, informou que foi necessário realizar sondagens geotécnicas em virtude da obra de reformulação do Teatro Jordão, encontrando-se entretanto concluídas. -----

7 - Presidente da Câmara – a) – Sobre a aquisição da Torre da Alfândega e prédios contíguos, disse que só após o projeto



concluído e aprovado se saberá ao certo que prédios irão ser adquiridos. Acrescentou que já reuniu com os proprietários para este efeito, encontrando-se as negociações em curso, mantendo-se a possibilidade de aquisição amigável, tendo as respetivas avaliações sido recebidas recentemente na Câmara Municipal; **b)** - Sobre a obra do Parque Infantil de Mascotelos disse ter sido já adjudicada; **c)** - Sobre as salas de ensaio das bandas de garagem, esclareceu que a notificação da CCDRN é um processo normal, de rotina, promovido no âmbito dos processos com financiamento participado. Recordou o processo relativo à requalificação do Teatro Jordão onde se prevê instalar a Escola de Artes Performativas e Artes Visuais, estimando-se o preço base em 9 milhões e 600 mil euros e não 16 milhões como tem sido referido. Esclareceu que houve necessidade de se fazer uma segunda sondagem geotécnica mais rigorosa no sentido de se verificar se os pilares existentes suportam o edificado previsto no atual projeto de requalificação do Teatro Jordão. -----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Informou que a Associação Artística Vimaranense, no âmbito das comemorações do seu 150.º aniversário, estão a promover, em parceria com a Câmara Municipal, as celebrações da instalação da República, prevendo-se a colocação de um busto da República na Rua Gil Vicente, da autoria de Adália Alberto. -----

2. Informou que a próxima reunião de Câmara, agendada para 22 de setembro, será descentralizada, realizando-se na União de Freguesias de Airão Santa Maria, Airão S. João e Vermil, considerando-se todos os membros presentes devidamente convocados. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

- 1.** Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 26 de julho de 2016, que adjudicou à Sociedade "SF – Gestão de Resíduos, Unipessoal, Lda." treze viaturas abandonadas na via pública para desmantelamento qualificado, três veículos e um equipamento municipais (cisterna), de acordo com ata, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----
- 2.** Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 26 de julho de 2016, que concordou com a aquisição, a Maria Flávia Peixoto, de uma parcela de terreno com a área de 160,18 m², a desanexar do prédio urbano situado na rua da Liberdade, n.º 35, da União de Freguesias de Oliveira, S. Paio e S. Sebastião, pelo valor de €5.000,00, destinada à construção do parque de estacionamento de Camões. -----
- 3.** Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 26 de julho de 2016, que concordou com a aquisição, a Bernardino Jordão, Filhos e Companhia, Lda, de uma parcela de terreno com a área de 38,72 m², a desanexar do prédio urbano situado na rua da Liberdade, n.º 33, da União das Freguesias de Oliveira, S. Paio e S. Sebastião, pelo valor de €1.500,00, destinada à construção do parque de estacionamento de Camões. -----
- 4.** Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 26 de julho de 2016, que concordou com a aquisição, a António Carlos de Freitas Ribeiro Saraiva, uma parcela de terreno com a área de 19,32 m², a desanexar do prédio urbano situado na rua da Camões, n.ºs 29/31, da União das Freguesias de Oliveira, S. Paio e S. Sebastião, pelo valor de €721,78, destinada à construção do parque de estacionamento de Camões. -----
- 5.** Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 26 de julho de 2016, que concordou com a aquisição, a Beatriz da Silva Bastos, de uma parcela de terreno com a área de 41,04 m², a desanexar



do prédio urbano na rua da Liberdade ou rua da Madroa, n.º 31, da União das Freguesias de Oliveira, S. Paio e S. Sebastião, pelo valor de €1.405,45, destinada à construção do parque de estacionamento de Camões. -----

6. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 30 de agosto de 2016, que aprovou a conta final bem como o auto final da empreitada designada por **"Requalificação do Largo de Donães"**, adjudicada a "SINOP – António Moreira dos Santos, SA", nos valores, respetivamente, de €142.442,06 + IVA e de €14.832,65 + IVA. -----

7. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 5 de agosto de 2016, que aprovou uma informação dos serviços do Departamento de Obras Municipais para abertura de procedimento tendo em vista a execução da obra de **"Reperfilamento do troço viário entre a EN 101e a área central da Vila de Ponte – 1.ª Fase"**, estimando-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder €361.630.76 + IVA. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 28 DE JULHO DE 2016. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** A Vereadora Maria Helena Soeiro não participou na discussão e na votação da ata por não ter estado presente na reunião. -----

CÂMARA - ASSUNÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES COMO AUTORIDADE DE TRANSPORTES – Presente a seguinte proposta: "A Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, aprova o Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros (RJSPTP), revogando o RTA - Regulamento de Transportes em

Automóveis (Decreto n.º 37272, de 31 de dezembro de 1948). O RJSPTP aplica-se às autoridades de transportes (AT) e aos operadores de serviço público que se dedicam à exploração do serviço público de transporte de passageiros em diversos modos, designadamente no rodoviário, estabelecendo o regime aplicável ao seu planeamento, organização, operação, atribuição, fiscalização, investimento, financiamento, divulgação e desenvolvimento, incluindo o regime das obrigações de serviço público e respetiva compensação. Com o RJSPTP são descentralizadas competências de gestão do sistema de transportes públicos em diversos níveis da administração pública, nomeadamente nos Municípios e nas Comunidades Intermunicipais (CIM). Para o efeito, os municípios são as Autoridades de Transportes (AT) competentes quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros municipais. Os municípios, querendo, podem associar-se com vista à prossecução conjunta de parte ou da totalidade das respetivas competências em matéria de serviços municipais ou delegar as competências, designadamente na CIMAVE, comunidade intermunicipal do Ave. Considerando a necessidade de cessar o regime transitório assumido pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (IMT, IP), o Município de Guimarães enquanto Autoridade de Transportes (AT), nos termos do Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros (RJSPTP), deverá assumir as competências supra referidas nos serviços públicos de transporte de passageiros municipais, sem prejuízo da sua, eventual, delegação futura, mediante contrato interadministrativo. Para o efeito, designadamente de registo nacional e de transferência da documentação associada às competências legais em causa, o município deve comunicar ao IMT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. a “assunção” das suas competências de



Autoridade de Transporte à luz do RJSPTP, concretizada através de deliberação dos competentes órgãos municipais, Câmara e Assembleia Municipal. Face ao exposto, submete-se à consideração superior a “assunção” do Município de Guimarães como Autoridade de Transportes (AT), quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros municipais, nos termos do art.º 6.º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros, aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho.” **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira, André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo. Votou contra o Vereador José Torcato Ribeiro que apresentou a seguinte **declaração de voto:** “A Lei nº 52/2015 do Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros veio demonstrar à evidência a visão fundamentalista do anterior Governo PSD/CDS, e a consagração da sua doutrina, não do “Estado (supostamente) regulador” mas sim verdadeiramente do “Estado desregulador”.As implicações desta lei incidem sobre as atuais empresas públicas de transportes, sobre o conjunto dos operadores privados de transportes, sobre as autarquias locais, sobre os utentes e os trabalhadores das atuais empresas de transportes, das atuais autoridades metropolitanas de transportes, etc. etc. O anterior governo quis impor um caminho candidamente batizado de “concorrência regulada” – que na verdade significa a entrega da exploração do serviço público de transportes aos grupos económicos. É uma opção errada, que já causou enormes prejuízos aos utentes, ao estado e aos trabalhadores. É a opção das grandes multinacionais europeias que almejam gerir todos os sistemas na

Europa e assim cobrar avultadas rendas aos povos. A lei em vigor determinou uma consideração formal de “Autoridade” para os municípios e comunidades intermunicipais, bem como as responsabilidades de financiamento, quer das compensações por serviço público; quer das despesas de investimento; quer das despesas com as Autoridades de Transportes. Foi a total pulverização da autoridade do Estado e da Administração Pública para o sector, com a definição de centenas (!) de Autoridades de Transportes, na esmagadora maioria dos casos sem a base técnica nem os meios nem a igualdade de condições na relação com os interesses privados e os grupos económicos. Esta lei tornou provisórias todas as concessões rodoviárias, apontando para a sua extinção até 31/12/2019, e estabelecendo um mecanismo de renovação provisória entre 31/06/2016 e 31/12/2019. Mas apontando-se para regimes concursais à posteriori, conforme a lei em vigor, isso significa uma precariedade total no sector, com dois níveis de instabilidade: para os trabalhadores e para as empresas no seu conjunto. Ou seja primeiro desarticula-se e deixa-se em situação de rutura os serviços, ao nível do IMT; asfixia-se as autarquias, impõe-se condições insustentáveis para o próprio funcionamento das estruturas do Estado (central e local) – e depois sacode-se as responsabilidades para as câmaras municipais e comunidades intermunicipais e salve-se quem puder. Foi este o modelo seguido de forma sistemática e deliberada e é esse o modelo em relação ao qual se impõe uma rutura clara e concreta.

1-Esta lei não salvaguarda a diferença entre a intervenção das autarquias e das suas comunidades intermunicipais ou áreas metropolitanas, e aquilo que deve ser uma responsabilidade indeclinável do poder central, no tocante às políticas de investimento e financiamentos dos sistemas de transportes



públicos, suas infraestruturas; sua modernização; 2- No quadro institucional, em que a Regionalização ainda não passou do papel (isto é, daquilo que determina a Constituição da República Portuguesa) não promove uma prática concreta para a gestão descentralizada e mais participada dos recursos do Estado, onde deveria em todo o caso prevalecer o princípio da aplicação dos recursos na base da proximidade- isto é com a efetiva consideração das soluções apontadas ao nível regional e local para as políticas e estratégias de mobilidade e transportes; 3-Não considera a figura do “operador interno”, já consagrada no direito comunitário, como a solução de base que permite desde logo às Autoridades e ao Estado a garantia da oferta de qualidade no transporte às populações, combatendo a ideia da “pseudo obrigatoriedade” da privatização do serviço público; 4-E não retira a injustiça do ónus e da sobrecarga sobre os municípios e sobre as estruturas intermunicipais, do financiamento dos sistemas de transportes públicos para os respetivos territórios, como suposta contrapartida sobre qualquer pretensão do Poder Local no sentido de intervir ou influenciar na procura de melhores soluções para a população que representa. Pelo exposto, a CDU vota contra.” -----

CÂMARA - GEMINAÇÃO COM A CIDADE DE DIJON – FRANÇA

– Presente a seguinte proposta: “A 10 de junho de 2011, os Municípios de Guimarães e Dijon assinaram uma Carta de Amizade e Cooperação, iniciando uma relação de proximidade sustentada em razões históricas ancestrais, mas também como resultado do interesse manifestado pela vasta comunidade portuguesa que reside nessa cidade Francesa, com a particularidade de um grande número dos seus membros ser originário da nossa região. Considerando que essa relação de amizade e cooperação tem-se consolidado através de alguns projetos comuns, na área do

desenvolvimento económico, no ambiente e na cultura; Considerando que ambas as cidades são Património Cultural da Humanidade; Considerando, ainda, que Dijon é uma cidade com um dinamismo notável, que alia o desenvolvimento e a defesa do meio ambiente, numa preocupação que também é comum a Guimarães desde que assumiu a sua candidatura a Capital Verde Europeia. Entende-se que é fundamental intensificar a ligação e os laços de cooperação entre as duas cidades, pelo que proponho que a Câmara Municipal aprove, nos termos da al. ccc), do nº 1 do art.º 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal, uma proposta para autorizar a geminação do Município de Guimarães com a cidade de Dijon (França), ao abrigo da competência prevista na al. T9 do nº 1 do art.º 25º do mesmo diploma.” **DELIBERADO POR**

UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

OBRAS PÚBLICAS - ACADEMIA DE GINÁSTICA DESPORTIVA - COSTA - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO –

Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 9 de agosto de 2016, que aprovou a minuta do contrato da empreitada designada por Academia de Ginástica Desportiva de Guimarães, adjudicada por deliberação de 28 de julho de 2016 a “COSTEIRA – Engenharia e Construção, SA”, pelo preço contratual de €3.588.126,15 + IVA. A minuta do contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

FREGUESIAS - FREGUESIA DE S. TORCATO – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA A REQUALIFICAÇÃO DA RUA DE SOUTO, RUA FRANCA, RUA DO OUTEIRO E RUA DE ENTRE PAREDES –

Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de S. Torcato



pretende executar trabalhos de pavimentação, alargamento e drenagem das águas pluviais em várias ruas da área mais rural daquela Vila, nomeadamente: rua de Souto, rua Franca, rua do Outeiro e rua Entre Paredes, tendo solicitado o apoio da Câmara Municipal de Guimarães para o efeito. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando-se uma despesa no valor total de €46.602,61, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com as quantificações em anexo. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à Freguesia de S. Torcato, mediante a atribuição de um subsídio no valor de €49.398,76, destinado à execução da obra de requalificação da rua de Souto, ruas Franca, rua do Outeiro e rua Entre Paredes, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. A ser aprovada, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

FREGUESIAS – FREGUESIA DE PONTE – ATRIBUIÇÃO DE BANDEIRAS – Presente a seguinte proposta: “Vem a Junta de Freguesia de Ponte solicitar a cedência de três bandeiras do Município. Existindo nos Serviços bandeiras do Município disponíveis para este efeito, cujo custo atual se estima em €88,00 cada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Nesta conformidade, proponho a oferta de três bandeiras do Município à Junta de Freguesia de Ponte.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA**

MUNICIPAL. -----

**URBANISMO - PROCESSO DE LICENCIAMENTO DE UNIDADE
INDSUTRIAL Nº 534/14 - ECOIBÉRIA RECICLADOS
IBÉRICOS SA - FREGUESIA DE PENSELO** – Presente a seguinte

proposta: “**1.** Quando, a 24 de julho de 2014, a Câmara Municipal aprovou por unanimidade a qualificação de PEIM-Projeto Económico de Interesse Municipal (documento nº 1), aquele que nos havia sido submetido pela Ecoibéria, o que unicamente nos movia, a todos, era o desejo de atrair investimento, criando emprego e gerando desenvolvimento no concelho de Guimarães. **2.** Como é óbvio, e perfeitamente redundante, o acolhimento do projeto empresarial em causa supunha o cumprimento das regras legais e regulamentares aplicáveis. Começando pelas básicas, cujo conhecimento é obrigação indeclinável de qualquer investidor responsável. **3.** Infelizmente, e como será descrito em seguida, a viabilidade do projeto está posta em crise, por falhas da responsabilidade do promotor que, em muitos aspetos, não foi capaz de corresponder às expectativas nele depositadas pelo Município de Guimarães. Com efeito, **4.** Após a apresentação geral da pretensão de construção, o que ocorreu a 7 de novembro de 2014, que abriu o processo nº 534/14, a Ecoibéria entregou, a 25 de fevereiro de 2015, o projeto de arquitetura. **5.** Esse projeto foi aprovado a 1 de abril de 2015, com base num pressuposto errado, como se refere mais adiante. **6.** Entretanto, a Ecoibéria iniciou, por sua conta e risco, a construção de um muro, que deu origem a um processo de contraordenação por violar as regras urbanísticas. A 5 de junho de 2015 foi levantado pelos serviços de fiscalização urbanística o competente auto, que deu lugar ao processo de contraordenação nº 300/2015. **7.** Numa decisão de grande compreensão, e em respeito pela intenção expressa pela



deliberação municipal, não se quis fazer morrer aqui este PEIM, tendo-se aprovado a construção de um muro naquele local, com observância das regras legais e regulamentares em vigor. É prática da Câmara, sempre que se possa vir a legalizar alguma obra, não ter uma política de punir só por punir, mas ser-se pedagógico, e proteger o esforço dos particulares. **8.** Como se verá adiante, esta oportunidade foi desperdiçada pela Ecoibéria, que desrespeitou, de modo relevante, a autorização que lhe foi dada, procedendo à construção de um muro de dimensões maiores do que as permitidas. Está ainda em curso o processo de contraordenação, desencadeado tendo em conta a infração inicial, mas que cobre igualmente a subsequente. **9.** Além deste problema, a Ecoibéria também levou a cabo um extenso programa de movimento de terras, ao arrepio do que lhe havia sido autorizado (documento nº 2). Também aqui foi levantado o respetivo auto, correndo o processo de contraordenação os seus termos. **10.** Ao contrário do que foi a posição da Câmara Municipal, alguns moradores vizinhos do terreno adquirido em julho de 2015 pela Ecoibéria discordaram na possibilidade de implantação da unidade industrial em questão, tendo-se, nomeadamente, manifestado em sessão pública da Câmara Municipal de 16 de outubro de 2015. Antes (a 30 de junho de 2015), tinham apresentado, uma queixa no Ministério Público junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga. O arquivamento dessa queixa foi efetuado a 12 de outubro de 2015, através do despacho que se junta como documento anexo nº 3, e do qual consta a menção expressa de que não eram identificadas irregularidades cometida pela Câmara Municipal no processo. **11.** Como foi atrás apontado, a Ecoibéria só adquiriu o imóvel em questão em 28 de julho de 2015 (documento nº 4). Ou seja, muito antes de ter obtido o licenciamento da atividade industrial por

parte do IAPMEI (documento nº 5), e muito depois de ter começado trabalhos no terreno, criando os problemas atrás referidos. **12.** Logo, não se compreendem as afirmações produzidas pela Ecoibéria, no documento entregue na Câmara Municipal a 20 de julho de 2016 (documento anexo nº 9, que inclui um PIP, Pedido de Informação Prévia, que será objeto de apreciação, mais adiante neste texto), - *"14. Em reunião ordinária da Câmara Municipal, a Câmara Municipal de Guimarães (CMG), em julho de 2014, foi deliberado por unanimidade considerar o projeto da Ecoibéria, nesta localização, com Projeto Económico de Interesse Municipal (PEIM). Esta decisão foi tomada após estudo prévio de viabilidade efetuado pela Divisão de Desenvolvimento Económico (DDE) da CMG, em articulação com os demais envolvidos, como por exemplo da divisão de Urbanismo. 15. No seguimento desta aprovação, a Ecoibéria submeteu à CMG a competente ação urbanística, tendo obtido a aprovação do projeto de arquitetura em abril de 2015 e, como estava obrigada, também solicitou junto do IAPMEI o pedido de licenciamento industrial do estabelecimento, que mereceu parecer favorável a outubro de 2015 (licença de exploração). 16 Só após as referidas aprovações a Ecoibéria adquiriu o terreno e continuou a diligenciar no sentido do licenciamento do todo o processo construtivo" (os sublinhados são de nossa responsabilidade). **13.** Face aos problemas que vinham sendo suscitados, nomeadamente pelos moradores em terrenos contíguos ao adquirido pela Ecoibéria, determinei a realização de um estudo mais aprofundado do tema, por recurso a um jurista externo. O meu despacho nesse sentido é de 23 de outubro de 2015. **14.** Dado o seu prestígio, e a sua inequívoca afirmação como reputada especialista em direito do urbanismo, a escolha do jurista externo recaiu na Professora Doutora Fernanda Paula Oliveira. A*



questão inicialmente colocada residia na análise do estado do processo de licenciamento, tendo a ilustre jurisconsulta concluído (por parecer emitido a 7 de dezembro de 2015, completado num aditamento de 16 de dezembro de 2015, documentos nºs 7 e, 8, respetivamente) que, no essencial, o processo era, ao tempo, juridicamente irreversível. **15.** Porém, por requerimento entregue pela Ecoibéria a 13 de janeiro de 2016 (documento nº 6), veio esta afirmar o seguinte: *"Aquando da aquisição do terreno por parte do requerente ao anterior proprietário, foram indicados à Ecoibéria os limites da propriedade, tendo esta, de boa-fé e perante a realidade do local, (que não apresentava qualquer sinal de divisão de propriedade, muro ou outro elemento distintivo de parcelas), aceite como bons e corretos esses mesmos limites de propriedade. Assim sendo, foram esses limites de propriedade que a ECOIBÉRIA consagrou no processo de licenciamento apresentado quer não só porque (reafirma-se) não existiam evidências de uma diferente realidade cadastral, quer também porque a área do terreno constante do registo predial e aquela do levantamento se afiguram iguais ou muito próximas"*. Dito de outro modo, a Ecoibéria comprou um terreno mais pequeno do que o que pensava, e localizou o acesso à unidade industrial, no projeto que submeteu à Câmara Municipal de Guimarães, em terreno cuja propriedade não tinha. Tudo antes de qualquer intervenção dos serviços da Câmara Municipal. **16.** Na verdade, e conforme se constata de documento parte desse projeto de arquitetura o terreno que deveria servir de acesso à unidade industrial não era parte do terreno de propriedade da Ecoibéria, mas sim domínio municipal, em resultado do processo de loteamento nº 14/82. **17.** Portanto, o problema maior que atualmente se constata no processo da Ecoibéria resulta da responsabilidade desta empresa, que não confirmou, como lhe

competia para acautelar a sua legitimidade e a viabilidade do projeto, a propriedade do terreno em que previu o acesso à sua instalação industrial. Isto é absolutamente incontroverso, dada a confissão expressa dos factos que consta do processo administrativo. **18.** A Ecoibéria pretendia, assim, e desde 13 de janeiro de 2016, que fosse a Câmara Municipal a resolver o problema que a requerente criou. O que podia ser feito com uma autorização especial para utilizar património municipal, em colisão (ou provocando a alteração) com um loteamento. O que contava com a declarada oposição dos moradores contíguos. Na situação gerada pela própria Ecoibéria, a posição dos citados moradores ganhou outra dimensão. **19.** Mas não só. Com efeito, a aprovação do projeto de arquitetura foi feita a coberto do Plano Diretor Municipal (PDM) que veio a ser substituído por outro, publicado na 2ª Série, do *Diário da República* a 22 de junho de 2015, para entrar em vigor no dia seguinte à sua publicação. **20.** O PDM atual foi aprovado em sessão da Assembleia Municipal, de 4 de maio de 2015, após proposta da Câmara, de 16 de abril de 2015. **21.** Portanto, o primeiro aspeto que a Ecoibéria deveria esclarecer era a compatibilidade entre o que pretendeu, a 13 de janeiro, e a nova realidade normativa. Não o fez, antes começando a trilhar um caminho que visava, e visa, remeter para o Município de Guimarães responsabilidade que é, desde o início, sua. **22.** Quando este episódio ocorre, já tinham sido entregues os dois primeiros contributos da Professora Doutora Fernanda Paula de Oliveira. Por isso, foi pedida, pelos serviços, a emissão de nova opinião, a qual foi facultada a 11 de fevereiro de 2016, completado por um aditamento também de fevereiro de 2016, documentos nºs 10 e 11). Desses documentos se depreendia que, em tese, a alteração de um loteamento era possível. Porém, interpelada diretamente



sobre a obrigatoriedade de promover essa alteração, tendo em conta o conjunto do processo e seu desenvolvimento, a opinião da citada jurisconsulta foi perfeitamente clara. Neste sentido (parte final do documento nº 11): *"Em face do que nos é perguntado, não podemos deixar de referir que o que afirmámos no nosso anterior Parecer se limitou a dar resposta às questões que então nos foram colocadas: a) se a pretensão da ECOIBÉRIA utilizar uma parte de uma parcela propriedade do Município (por lhe haver sido cedida no âmbito de uma operação de loteamento urbano) implica a alteração do loteamento b) se tal alteração é possível. E o que afirmámos naquele Parecer foi haver, à luz do ordenamento jurídico vigente, a necessidade dessa alteração, sendo a mesma possível. O que não significa, porém. A obrigatoriedade de tal alteração ser efetuada (não existindo, por parte da ECOIBÉRIA, um direito subjetivo a que a mesma seja concretizada). Aliás, em face de todo o historial deste processo, em especial tendo em conta os seus antecedentes e a forte contestação que lhe está subjacente, consideramos que não pode o órgão municipal competente deixar de ponderar todos os interesses envolvidos, e, em consonância com essa ponderação, tomar a decisão definitiva"* (os sublinhados são de nossa responsabilidade). **23.** A mesma jurisconsulta, em resposta de 16 de dezembro de 2015, a uma Consulta dos serviços do Município, pronunciou-se no sentido da nulidade do ato de aprovação do projeto de arquitetura acima referido, nos seguintes termos: *"Em todo o caso, e sem prejuízo deste facto, a desconformidade da pretensão com uma licença de loteamento devidamente titulada por alvará — no caso, por a pretensão edificatória incidir sobre parcela não pertencente ao proprietário (o que, por si só suscita, uma questão de falta de legitimidade) mas, mais relevante, por estar em desconformidade com a ocupação*

para ela prevista — é geradora de nulidade do ato de aprovação do projeto de arquitetura;” **24.** Todo este problema da potencial alteração do loteamento, à qual os moradores vizinhos se opuseram expressamente por documento entregue nos serviços camarários a 7 de junho de 2016 (documento nº 12, que é cópia de um dos entregues por estes interessados, dado que o texto é sempre o mesmo), não tem, atualmente, qualquer interesse, porque a mesma Ecoibéria dele se desinteressou, como consta desse documento. Fê-lo, contudo, através de uma estranha argumentação contida no requerimento de 20 de julho de 2016, de onde parece depreender-se que o Município de Guimarães teria a obrigação de resolver a contento dos interesses de um privado, a gestão do interesse público. Não esclareceu, uma vez mais, como era compatível o que desejava, com o PDM em vigor. **25.** E não se pode queixar a Ecoibéria de falta de colaboração da Câmara Municipal. Com efeito, por despacho de 24 de março de 2015 (documento nº 13), permitiu-se a todos os interessados um momento de reflexão, esperando contributos positivos, que permitissem ultrapassar a situação. Porém, a contestação manteve-se, por parte dos moradores, e a Ecoibéria continuou a laborar num raciocínio de remeter para a Câmara responsabilidades que, repetimos, desde o início, eram suas. **26.** Com efeito, depois do pedido de auxílio de 13 de janeiro de 2016, a 7 de março de 2106 é entregue novo requerimento (documento nº 14), no qual se sugere a alteração da rede viária, mantendo, ainda assim, as pretensões anteriores. Como lhe tinha sido remetida uma informação dos serviços, para pronúncia, a Ecoibéria, a par das suas pretensões expressas, pede, em alternativa, que “(...) *Não seja promovida a decisão final a informação anexa à notificação que agora se responde*”. Daí a surpresa quando, a 20 de julho de



2016, a Ecoibéria vem falar de suspensão do processo (nunca declarada, ou assumida), e de ilegalidade concomitante. Então a Ecoibéria pede para não haver uma decisão final, em março de 2016, e depois em julho queixa-se de que não há decisão? Tenha-se em conta que a matéria que estava em causa era, substancialmente, a mesma, como é fácilimo de constatar, pela simples leitura da documentação. **27.** Mais, a Ecoibéria entregou, em anexo ao seu requerimento de 20 de julho de 2016, um PIP (Pedido de Informação Prévia), cujo objeto era exatamente o novo acesso rodoviário. A resposta a este PIP consta do despacho de 17 de agosto de 2016 (documento nº 15, que contém informação do Departamento do Urbanismo), para o qual chamo a melhor atenção desta Câmara Municipal. **28.** Não cabe, assim, à Câmara Municipal qualquer responsabilidade pelo problema que entretanto se foi criando, e desenvolvendo. Não foi a Câmara Municipal que realizou a obra ilegal do muro; não foi a Câmara que, mesmo depois de legalização desse ato e seu resultado, infringiu os termos da autorização; não foi a Câmara Municipal que executou movimentos de terras muito além do permitido administrativamente, e, sobretudo, não foi a Câmara Municipal que se enganou quando apresentou uma possibilidade de implantação do acesso à unidade industrial. E não foi o Município que comprou o terreno à Imofão-Imobiliária, S.A. **29.** Se existem atrasos, ou escolhos, na execução do projeto de investimento, a responsabilidade cabe por inteiro à Ecoibéria. Porque apresentou dados errados, mas não só. Porque também executou obras ilegais, cuja correção implicaria sempre incorrer em custos acrescidos. Como ainda pode suceder, tudo dependendo da conclusão dos processos de contraordenação em curso. **30.** Durante todo este processo, sempre que foi suscitada a emissão de certidões por parte de interessados e

contrainteressados, foram os correspondentes requerimentos deferidos, e a informação disponibilizada. Eu mesmo me assegurei que a totalidade dos documentos pretendidos (ou de outros que eram suscitados pelos pedidos em questão), foram disponibilizados aos interessados e contrainteressados. **31.** Sendo este texto essencialmente uma informação organizada, destina-se ele a dar conta à Câmara Municipal do longo desenvolvimento dos problemas que se têm vindo a suscitar, num projeto PEIM, claramente ameaçado, na sua realização. **32.** Na presente situação, o meu despacho de 17 de agosto de 2016 indeferiu o PIP, por não ser viável do ponto de vista legal e regulamentar a operação urbanística pretendida, mas não ficou respondido o resto do teor do requerimento de 20 de julho de 2016. Além de matéria que não tem de merecer qualquer pronúncia por parte da Câmara Municipal, dado ser mera expressão de uma diversa interpretação jurídica face àquela que entendemos ser correta, a Ecoibéria pede para ser o expediente enviado para a CCDR. Não vemos motivo para que tal não seja feito, sendo, pelo contrário, útil dar conhecimento a esse organismo do conjunto do processo, tendo em conta as atribuições e competências que tem. **33.** A minha proposta é, portanto, a seguinte: a) Que a Câmara Municipal de Guimarães dê o seu acordo expresso ao indeferimento do Pedido de Informação Prévia que foi apresentado a 20 de julho de 2016 pela Ecoibéria-Reciclados Ibéricos, S.A., relativamente à viabilidade da realização da operação urbanística melhor descrita no requerimento apresentado em impresso próprio do Município de Guimarães junto com esse requerimento, nos termos da informação do diretor do departamento de urbanismo, e citando – *"(...) esta nova proposta constitui a modificação da solução aprovada que, encarada na sua globalidade e dependência, colide*



*com as normas regulamentares e legais hoje em vigor” e não assegura o cumprimento do plano municipal de defesa da floresta contra incêndios e o decreto-lei n.º 17/09, de 14 de janeiro; b) Que a Câmara Municipal de Guimarães remeta o expediente para a CCDR, para esse organismo se pronunciar, se assim o entender perante os comandos legais aplicáveis, sobre a alteração apresentada pela Ecoibéria no referido requerimento de 20 de julho de 2016, tendo em conta o teor da alteração apresentada e as normas legais e regulamentares em vigor. **34.** Naturalmente que informarei detalhadamente, de ora em diante, a Câmara Municipal quanto à evolução deste processo, nas suas diferentes variantes, trazendo aqui, sempre que se revelar útil para a formação da opinião coletiva, os dados pertinentes. Anexos: Documento nº 1 Ata da sessão de Câmara de 24 de julho de 2014; Documento nº 2 Autorização do movimento de terras; Documento nº 3 Despacho de arquivamento do Ministério Público; Documento nº 4 Certidão do Registo Predial; Documento nº 5 Licenciamento IAPMEI de 16 de outubro de 2015; Documento nº 6 Requerimento da Ecoibéria de 13 de janeiro de 2016; Documento nº 7 Primeiro Parecer da Prof Fernanda Paula de Oliveira, Documento nº 8 Aditamento ao primeiro Parecer; Documento nº 9 Requerimento da Ecoibéria de 20 de julho de 2016; Documento nº 10 Segundo Parecer da Prof Fernanda Paula de Oliveira; Documento nº 11 Aditamento ao segundo Parecer; Documento nº 12 Posição de um morador; Documento nº 13 Despacho de 24 de março de 2016; Documento nº 14 Requerimento Ecoibéria 7 março 2016; Documento nº 15 Despacho de 17 de agosto de 2016”. Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha,*

Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro, Ricardo Araújo e José Torcato Ribeiro. -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Desde a primeira hora que tomámos conhecimento deste processo de licenciamento das instalações industriais da empresa Ecoibéria ficamos alarmados por um conjunto de razões que tivemos ocasião de expressar em pelo menos duas intervenções feitas no período antes da ordem das reuniões de 15/10/2015 e 9/06/2016. Tendo desde sempre manifestado a nossa disposição para apoiar medidas de captação do investimento com vista à criação de emprego e à diversificação do tecido empresarial, tivemos então ocasião de denunciar a tentativa de confundir a nossa posição de aprovação da atribuição de incentivos fiscais municipais no âmbito de um projeto empresarial de interesse municipal – PEIM – com a aprovação do projeto urbanístico que é uma questão totalmente diferente, de resto, coisa nunca aconteceu neste mandato. Afirmarmos também não ter havido por parte da Câmara o cuidado necessário para averiguar com rigor a envolvente da atividade industrial desta empresa ECOIBÉRIA no tocante a matérias-primas, a processos industriais e a fluxos diários e às consequências da sua instalação para as populações vizinhas. Manifestamos a nossa estupefação pela agressão morfológica e topográfica violenta a que se sujeitou aquela elevação, esventrando uma cabeceira de uma linha de água a qual tinha merecido já a devida proteção em pretensões anteriormente indeferidas em processos destinados à habitação, por terem presente a classificação do terreno como Reserva



Ecológica Nacional prevista no Plano Diretor Municipal já discutido e em vias de publicação. Afirmamos ainda que podendo a empresa reunir condições para ser recebida no nosso território concelhio, nunca deveria ser aquele o local da sua instalação, seja pela proximidade de um loteamento, seja por estar às portas da cidade. Não havendo dúvidas acerca da nossa posição contra a instalação desta empresa Ecoibéria naquele local concreto não poderemos votar favoravelmente a proposta agora apresentada pelas seguintes razões: 1. Para repreender politicamente a posição titubeante que Câmara assumiu neste processo que o considerou, em declarações à comunicação social pela voz do senhor vereador responsável, e passo a citar "No final deste processo evolutivo, ponderando sempre um conjunto de interesses que estão em equação na área da gestão urbanística, foi decidido com base numa análise e avaliação técnica que eu considero absolutamente irrepreensível, que havia todas as condições para que o processo fosse licenciado"; 2. Para manifestar a nossa preocupação com as consequências que poderão advir deste litígio com o promotor que não terá sido bem conduzido ao eventualmente serem-lhe criadas expectativas impossíveis de concretizar; 3. Pela desconfiança que este processo virá seguramente a gerar em iniciativas empresariais futuras tão necessárias para o desenvolvimento do nosso município. Por todas estas razões optamos pela abstenção." -----

REGULAMENTOS - REGULAMENTO MUNICIPAL - INÍCIO DE PROCEDIMENTO PARA ELABORAÇÃO DE UM REGULAMENTO PARA UM CONCURSO DE IDEIAS NO ÂMBITO DA GESTÃO E DO PLANEAMENTO TERRITORIAL DO CONCELHO –

Presente a seguinte informação: "O Departamento de Urbanismo e Promoção do desenvolvimento pretende dar início ao procedimento tendente à elaboração de um regulamento municipal que discipline um

concurso de ideias no âmbito da gestão e do planeamento territorial do concelho de Guimarães. Para esse efeito, e nos termos dos art.ºs 97.º a 101.º (quanto ao procedimentos de elaboração), e art.ºs 139.º a 144.º (quanto à eficácia dos regulamentos) do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, deve ser submetida uma proposta a reunião de Câmara, para que esta delibere a abertura do procedimento tendente à elaboração e posterior aprovação pelos órgãos do Município, do regulamento municipal que discipline um concurso de ideias no âmbito da gestão e do planeamento territorial do concelho de Guimarães. A publicitação da iniciativa procedimental será efetuada no sítio institucional do Município, sendo que os interessados deverão constituir-se como tal, no procedimento, no prazo 10 dias úteis, a contar da data da publicitação de aviso no “*site*” deste Município, com vista a apresentar os seus contributos para a elaboração dos mencionados Regulamentos. A apresentação dos contributos para a elaboração dos Regulamentos deve ser formalizada por escrito em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

REGULAMENTOS - REGULAMENTO MUNICIPAL - INÍCIO DE PROCEDIMENTO PARA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE GUIMARÃES –

Presente a seguinte informação: “Os serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente, que coordenam o funcionamento do Conselho Municipal de Segurança, pretendem dar início ao procedimento tendente à alteração do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Guimarães, em resultado da publicação e entrada em vigor da Lei n.º 106/2015, de 25 de agosto. Para esse efeito, e nos termos dos art.ºs 97.º a 101.º (quanto ao



procedimentos de elaboração), e art.ºs 139.º a 144.º (quanto à eficácia dos regulamentos) do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, deve ser submetida uma proposta a reunião de Câmara, para que esta delibere a abertura do procedimento tendente à alteração daquele Regulamento e posterior aprovação pelos órgãos do Município. A publicitação da iniciativa procedimental será efetuada no sítio institucional do Município, sendo que os interessados deverão constituir-se como tal, no procedimento, no prazo 10 dias úteis, a contar da data da publicitação de aviso no “site” deste Município, com vista a apresentar os seus contributos para a elaboração das alterações do mencionado Regulamento. A apresentação do contributo para a elaboração da alteração do Regulamento deve ser formalizada por escrito em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - FORNECIMENTO DE GASÓLEO RODOVIÁRIO A GRANEL - 1.800.000 LITROS - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO – Presente, para ratificação, o despacho do Vice - Presidente da Câmara, datado de 24 de agosto de 2016, que aprovou a minuta do contrato do fornecimento identificado em epígrafe, adjudicado por deliberação de Câmara de 28 de julho de 2016 a “GASPE – COMBUSTÍVEIS, LDA”, pelo valor de €2.160.000,00 + IVA. A minuta do contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – ENERGIA ELÉTRICA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA E PARA DIVERSAS INSTALAÇÕES PERTENCENTES À CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES - CONCURSO PÚBLICO

N.º 7/15 - ADJUDICAÇÃO - Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao concurso público identificado em assunto, que se anexa, propondo a adjudicação ao concorrente "EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A.", pelo preço contratual de €2.076.911,82, acrescido de IVA às taxas legais em vigor (6% e 23%).O relatório final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRÂNSITO - ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO SELHO (S. LOURENÇO) – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SELHO S. LOURENÇO E GOMINHÃES – Presente, para aprovação pela Câmara Municipal e ulterior aprovação pela Assembleia Municipal uma proposta de alteração de trânsito na União das freguesias de Selho S. Lourenço e Gominhães, de acordo com a informação em anexo, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

TRÂNSITO - ALTERAÇÕES DE TRÂNSITO DECORRENTES DA EMPREITADA DE "REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DAS HORTAS E ÁREA ENVOLVENTE" – Presente a seguinte informação: "O projeto de requalificação do Parque das Hortas e área envolvente, cujas obras da respetiva empreitada se encontram na fase final, introduziram um novo eixo de ligação entre a Rua Dr. José Sampaio, adjacente à confluência com a Avenida Cónego Gaspar Estação, e o Largo República do Brasil. A intervenção permitirá simplificar a relação entre a Cidade e a zona nascente da mesma, designadamente no tramo da Rua Dr. José Sampaio, entre a Rua Rei do Pegu e a Avenida Cónego Gaspar Estação, pela adoção de um único sentido de trânsito no mesmo, e



potenciar a ligação entre o Largo República do Brasil e o Largo das Hortas. A intervenção poderá ainda constituir uma oportunidade de regular o acesso da referida área nascente da Cidade ao Largo República do Brasil, mitigando os conflitos neste, e incrementar as condições de acesso à Avenida D. João IV do tráfego proveniente da freguesia da Costa. Para o efeito preconiza-se a adoção dos seguintes sentidos únicos de circulação, representados na planta em anexo: a) Rua Dr. José Sampaio, entre o Largo República do Brasil e a Avenida Cónego Gaspar Estação: sentido único poente-nascente, sendo prioritário sobre os arruamentos confinantes. O tramo a poente da Avenida Cónego Gaspar Estação perde prioridade no entroncamento com o tramo a nascente da mesma; b) Novo arruamento, a norte do Largo das Hortas, entre a Rua Dr. José Sampaio e a Rua Rei do Pegu: sentido único nascente-poente. Perde prioridade no entroncamento com a Rua Rei do Pegu; c) Novo arruamento, a norte do Largo Conde Arnoso, entre o Largo República do Brasil e a Rua Rei do Pegu: sentido único poente-nascente. Perde prioridade no entroncamento com a Rua Rei do Pegu; d) Rua Dr. Ricardo Marques: sentido único nascente-poente; e) Largo de S. Gualter, entre a Rua Dr. Ricardo Marques e a Avenida D. João IV: sentido único nascente-poente, perdendo prioridade no entroncamento com a Avenida D. João IV. A circulação neste entroncamento será disciplinada através de sinalização luminosa, estando em curso o procedimento visando a sua instalação; f) Rua D. Domingos da Silva Gonçalves, entre a Rua Bernardino Jordão e o Largo de S. Gualter: sentido único nascente-norte, perdendo prioridade no entroncamento com o referido largo. Tem prioridade sobre a Rua José Pinto Teixeira de Abreu. Desta forma, será reduzido o número de veículos que circulam no Largo República do Brasil, reduzindo pontos de conflito.

Face ao exposto, será de submeter à apreciação Camarária as alterações ao trânsito supra citadas. Considerando o prazo previsto para a conclusão das obras em curso, propõe-se ainda a implementação da presente postura, ainda que de forma faseada, a título provisório, até deliberação em Assembleia Municipal.”

DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “O grupo de variação da coligação PSD/CDS vota contra a proposta agora presente de alteração do trânsito na zona das Hortas e rua Dr. José Sampaio e envolvente por entender que a solução agora proposta não é a que melhor proporciona uma boa relação viária entre essa a zona nascente da cidade e o largo República do Brasil, nomeadamente ao não optar pelo trânsito no sentido nascente/ Largo República do Brasil em toda extensão da nova havia criado na zona das Hortas e condicionar tudo o resto a essa solução.” ----

TRÂNSITO - PROLONGAMENTO DA ZONA DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA DA RUA DR.

JOSÉ SAMPAIO – Presente a seguinte informação: “Considerando que o projeto de requalificação do Parque das Hortas e área envolvente, cujas obras da respetiva empreitada se encontram na fase final, introduziram um perfil transversal diferenciado na Rua Dr. José Sampaio, suprimindo o estacionamento à esquerda, atento o sentido de trânsito poente-nascente. Considerando que o número de lugares de estacionamento da zona de duração limitada entre o Largo República do Brasil e a Rua Rei do Pegu será fortemente



subtraída, limitando a capacidade de estacionamento por pequenos períodos de tempo. Considerando a necessidade de garantir a existência de estacionamento de proximidade ao comércio e serviços, designadamente da sua rotatividade. Considerando a manutenção da capacidade de estacionamento no Largo das Hortas. Submete-se à consideração superior o prolongamento da zona de estacionamento de duração limitada da Rua Dr. José Sampaio até ao entroncamento com o novo arruamento de acesso ao Largo das Hortas, adjacente à confluência com a Avenida Cónego Gaspar Estação, mantendo as condicionantes do tramo entre o Largo República do Brasil e a Rua Rei do Pegu, designadamente: a. Horário: dias úteis das 08h30 às 19h30 e aos sábados das 08h30 às 12h30; b. Limite horário: 2 horas; c. Taxa: prevista na Tabelas de Taxas e Outras Licenças Municipais para os locais de menor procura.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRÂNSITO - EXTINÇÃO DA ZONA DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA NO LARGO REPÚBLICA DO BRASIL E AFETAÇÃO DE LUGARES DO LADO POENTE

– Presente a seguinte informação: “Por deliberação tomada em reunião ordinária de 26 de janeiro de 2000, foi aprovada a criação da zona de estacionamento de duração limitada no Largo República do Brasil. Com o crescente aumento de visitas turísticas à Cidade de Guimarães, verifica-se atualmente um excessivo constrangimento à normal circulação viária no Largo República do Brasil, decorrente da paragem de autocarros de turismo para a tomada dos visitantes. Como tal, há necessidade de aumentar a atual capacidade de paragem de autocarros de turismo no Largo República do Brasil, de dois para três lugares, mantendo o tempo máximo de permanência de cinco minutos. Para o efeito,

preconiza-se a anulação da atual zona de estacionamento de duração limitada do Largo República do Brasil, com lotação de 8 lugares, solução mitigada pela criação de uma zona com o mesmo objetivo na Rua Padre Gaspar Roriz, garantir a rotatividade no estacionamento por pequenos períodos de tempo. Desta forma o estacionamento/paragem do lado poente do Largo República do Brasil processar-se-ia de acordo com a seguinte afetação de espaços, representada na planta em anexo: I. Tramo a norte da Rua Padre Gaspar Roriz: i. TUG/ARRIVA – 1 lugar para saída de passageiros provenientes de várias linhas, designadamente de Mesão Frio; ii. Cargas e descargas – 2 lugares no período das 08h00 às 20h00, num máximo de 10 minutos; iii. Pessoas com mobilidade condicionada – 2 lugares; II. Tramo a sul da Rua Padre Gaspar Roriz: i. Estacionamento de motociclos e ciclomotores, entre a Rua Padre Gaspar Roriz e o acesso à garagem (nº 294); ii. Paragem de autocarros de turismo – 3 lugares, num máximo de 5 minutos; iii. Cargas e descargas – 1 lugar, entre a passagem de peões e o acesso à Rua da Ramada no período das 08h00 às 20h00, num máximo de 10 minutos. Face ao exposto, submete-se à consideração superior a extinção da zona de estacionamento de duração limitada no Largo República do Brasil.” **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AMBIENTE – IRMANDADE DE S. TORCATO - APOIO À INSTALAÇÃO DE UM PARQUE INFANTIL E EQUIPAMENTOS URBANOS EM SÃO TORCATO

– Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal de Guimarães, correspondendo a um anseio dos munícipes e seus agentes, estabelece como horizonte proporcionar condições de comodidade e funcionalidade melhorando as condições de fruição locais, não só como promotor mas também correspondendo a solicitações de entidades privadas sem fins



lucrativos. A Irmandade de S. Torcato veio solicitar apoio para a instalação de um parque infantil e equipamentos urbanos no Parque de Lazer de S. Torcato, infraestrutura que, embora com carácter privado, será de utilização pública, contribuindo para a sociabilização entre diferentes extratos geracionais e sociais e um aumento do índice da qualidade de vida no concelho. Nesse sentido, e em conformidade com a informação dos Serviços de Desporto, propõe-se a atribuição de um apoio na forma de subsídio no valor de €17.115,45 à Irmandade de S. Torcato, a fim de apoiar a instalação de um parque infantil e respetivos equipamentos urbanos, pelo que se submete para deliberação do executivo camarário a presente proposta.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS - CONFERÊNCIA INTERNACIONAL -CONTEXTILE 2016 - BIENAL DE ARTE TÊXTIL CONTEMPORÂNEA – SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “A Contextile 2016 – Bienal de Arte Têxtil Contemporânea, solicitou o apoio da Câmara Municipal de Guimarães (ver e-mail e documento em anexo), através da DDE, para a realização da conferência internacional “Que Lugar é esse?”, que decorrerá nos dias 23 e 24 de Setembro do corrente ano, no Centro Cultural Vila Flor, em Guimarães, inserida na programação da Contextile 2016 - Bienal de Arte Têxtil Contemporânea (30 Julho a 16 Outubro), evento esse ao qual se pretende associar o projeto “Guimarães Marca”. O apoio direto pretendido é respeitante aos custos logísticos da conferência, nomeadamente: - Viagens (oradores, comissariados): €2.630,00; - Estadias (oradores, comissariados): €2.240,00; Coffeebreak (2 dias): €900,00. **TOTAL: €5.770,00 (+ IVA à taxa legal).** Na conferência estarão presentes diferentes convidados, nacionais e internacionais, de

várias áreas disciplinares que darão a sua visão do território, e mais concretamente sobre os "territórios" ligados ao têxtil, sendo o ponto de partida e chegada a produção artística ligada à arte têxtil contemporânea. No primeiro dia, o Território de Cultura Têxtil será "deslaçado", ou seja, sociólogos, geógrafos, antropólogos, historiadores e arquitetos darão a sua leitura e entendimento do território em que nos inserimos, o Vale do Ave. No segundo dia, serão estabelecidas relações e "entrelaçados" territórios, a outras regiões do mundo, entre a arte e o têxtil, entre as atividades artesanais e industriais, entre a memória e a produção artística. Face ao exposto, propõe-se atribuição de um subsídio no valor de €7.097,10 para a realização do evento supra descrito."

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO - PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE ADENDA AOS PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO COM OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS NO ÂMBITO DAS AEC NO 1.º CEB - ANO LETIVO 2016/2017

– Presente a seguinte informação: "Como é do conhecimento superior foi aprovado em reunião de 28 de julho último a celebração de Protocolos de Colaboração com os Agrupamentos de Escolas no âmbito do Programa de Atividades de Enriquecimento Curricular destinadas aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico para o ano letivo 2016/2017. Na sequência de orientações da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, os Protocolos a celebrar deverão conter informação relativa ao número de alunos por ano de escolaridade e por estabelecimento de ensino inscritos nas atividades, bem como discriminação dos locais de funcionamento das atividades e os recursos humanos/horas necessários por atividade e estabelecimento de ensino. De modo a dar cumprimento aquela orientação e considerando que estes elementos deverão integrar o dossier de



candidatura aos apoios financeiros a remeter àquela Direção Geral, impreterivelmente, até ao próximo dia 24 de agosto, torna-se necessário proceder á celebração de uma Adenda ao Protocolo anteriormente aprovado. Em anexo a respetiva Minuta de Adenda.” A referida adenda dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO - ATRIBUIÇÃO DE VERBA AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS PARA FORNECIMENTO DE LANCHES DIÁRIOS - AAAP NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR - ANO LETIVO 2016/2017

– Presente a seguinte informação: “Como é do conhecimento superior, em 28 de julho de 1998, foi celebrado entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a Associação Nacional de Municípios um Protocolo de Cooperação que visava garantir as condições para a participação das autarquias locais no Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, de acordo com os princípios consagrados na Lei-quadro da Educação Pré-Escolar – Lei n.º 5/1997, de 10 de fevereiro. Naquele documento eram definidos os termos em que os subscritores cooperariam entre si no sentido de: assegurar, de forma gradual e progressiva, o desenvolvimento de atividades de apoio às famílias, designadamente de alimentação e animação socioeducativa de acordo com as suas necessidades; promover a elaboração de Projetos Educativos dos estabelecimentos de educação pré escolar que contemplassem componentes educativas e componentes de apoio à família; fomentar iniciativas que visassem a minimização dos efeitos das desigualdades e injustiças sociais, nomeadamente através do reforço da oferta de respostas educativas e socioeducativas em zonas carenciadas. O desenvolvimento das Atividades de Animação

e de Apoio à Família (AAAF) pressupõe, pois, uma estreita articulação entre várias entidades, nomeadamente os Agrupamentos de Escolas e os Municípios da respetiva área, conforme o consagrado na Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto. Estas visam permitir a concretização do conceito de escola a tempo inteiro, adaptando os tempos de permanência das crianças no estabelecimento de ensino às necessidades das famílias, pressupondo o acompanhamento das crianças antes e ou depois do período diário da atividade educativa e durante os períodos de interrupção daquela. Reconhecendo a importância destas estruturas de apoio numa ótica de serviço público, o Município, através de deliberação dos seus dois órgãos (Câmara e Assembleia Municipal) aprovou um Regulamento, que foi também objeto de consulta pública, no qual estabeleceu as normas e os princípios gerais de frequência e de funcionamento das AAAF nos jardins-de-infância da rede pública do concelho, bem como a definição das responsabilidades de cada uma das entidades envolvidas na organização das mesmas. Considerando que: o Regulamento no seu artigo 6.º prevê o fornecimento de um lanche diário às crianças que frequentem as AAAF; o fornecimento do lanche terá de ser assegurado desde o primeiro dia útil do mês de setembro, altura em que têm início as AAAF; a inexistência de um histórico de frequência representa um constrangimento à abertura de procedimento concursal para o fornecimento de um lanche diário, dado que só a partir do próximo ano letivo a Câmara Municipal assumirá o desenvolvimento das AAAF em todos os jardins de infância da rede pública do concelho; os Agrupamentos de Escolas e a Câmara Municipal são parceiros na persecução das AAAF; propomos, nos termos da alínea r) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e até que seja possível reunir os



elementos necessários à abertura do corresponde procedimento concursal, o estabelecimento de uma parceria com os Agrupamentos de Escolas no sentido de ser possível a implementação deste projeto de interesse municipal, com a atribuição de uma verba mensal a cada agrupamento, destinada a custear os lanches das crianças que no ano letivo 2016/2017 irão frequentar as AAAF, tendo por referência a previsão do número de crianças inscritas e o custo unitário do lanche fornecido no ano letivo anterior às crianças dos 3 jardins já sob a responsabilidade da autarquia. Esta parceria seria, num período experimental, até ao final do corrente ano, com uma estimativa de transferência mensal de verbas no valor de €17.221,60, perfazendo um total de €68.886,40, conforme mapa em anexo. Em face do exposto, solicita-se despacho de autorização de cabimento e compromisso do montante acima indicado e que se destinada a apoiar um universo de 1.133 crianças da educação pré-escolar.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.-**

AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – JULHO DE 2016 - Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Ação Social: “Por deliberação de 23 de dezembro de 2014 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa.” O referido

mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

AÇÃO SOCIAL - CENTRO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVO DE SILVARES – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO ABRIGO DO N.º 6 DO ARTIGO 9º DO REGULAMENTO N.º 607/2010 DE 15 DE JULHO – Presente a seguinte proposta: “No seguimento do pedido apresentado à Câmara Municipal no passado dia 18 de julho de 2016, pelo Centro Social, Cultural e Desportivo de Silvares, para apoio ao desenvolvimento e expansão do projeto “Combater o isolamento, a Depressão e o Sedentarismo na 3ª Idade”, que tem como objetivo principal promover a autonomia, a autoestima e as competências de comunicação e de relacionamento interpessoal desta população, apresenta-se para aprovação a presente proposta de atribuição de um subsídio ao abrigo do n.º 6º do artigo 9.º do Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social (n.º 607/2010 de 15 de julho), no valor de €13.000,00 (treze mil euros). Saliente-se que este projeto é desenvolvido em estreita colaboração com o Programa 65+ da Câmara Municipal de Guimarães, permitindo um apoio mais direto e personalizado a 25 idosos daquela zona geográfica. Assim, em reconhecimento do interesse deste serviço para a comunidade, e comprovados os requisitos expressos no artigo 6º do Regulamento supramencionado, propõe-se a atribuição do subsídio acima referido.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL - CONTINUIDADE DE PROJETOS SOCIAIS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2013 - PROJETO “RAÍZES” – Presente a seguinte proposta: “Finalizados os projetos sociais resultantes da edição de 2013 do Orçamento Participativo, e atendendo ao impacto dos seus resultados, que deram visibilidade à importância destes projetos para o desenvolvimento das



comunidades locais, decidiu o Município de Guimarães garantir a sua continuidade, nomeadamente a do projeto "Raízes". Este projeto tem como principal objetivo a implementação de um gabinete de proximidade que responda às solicitações em situações de pobreza ou de exclusão social e desenvolva atividades de animação sociocultural nas freguesias de Lordelo, Moreira de Cónegos, Guardizela, Serzedelo e União de Freguesias de Conde e Gandarela. Para o efeito, conta com a colaboração de uma equipa multidisciplinar constituída por uma psicóloga, uma socióloga e uma assistente social. Decorridos quase dois anos de execução (entre outubro de 2014 e setembro de 2016), o projeto assume grande relevância e consolidação na comunidade pelas ações desenvolvidas, a saber: acompanhamento social (204 processos, que correspondem a 44 famílias acompanhadas), acompanhamento psicológico (113 consultas, que correspondem a 38 processos), prevenção da psicopatologia no envelhecimento (depressão e demências), promoção do envelhecimento ativo (64 idosos integrados na universidade sénior), promoção de competências parentais, e implementação de outras ações dirigidas ao público em geral, nas quais estão envolvidos mais de 15 parceiros locais. Estes dados refletem o envolvimento significativo destes agentes, numa lógica de articulação interinstitucional, de rentabilização e de partilha de recursos. Assim, e constatando-se que a continuidade deste projeto é condição essencial na garantia de uma maior qualidade de vida e bem-estar desta população, e para que se possa manter a afetação dos respetivos recursos humanos, submete-se para apreciação a transferência, a título de subsídio, do montante de €35.000,00 (trinta e cinco mil euros), correspondente ao período de 16 de setembro de 2016 a 15 de setembro de 2017, com repartição plurianual, ao abrigo da alínea j)

do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE CONDE – GRUPO FOLCLÓRICO - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –

Presente a seguinte proposta: “A Associação Cultural e Recreativa de Conde solicitou a colaboração do município, através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte do Grupo Folclórico desta Associação, no dia 28 de Agosto, entre Aeroporto Sá Carneiro e Conde. Considerando que se trata de uma representação na Madeira da cultura vimaranense, nomeadamente das suas tradições folclóricas, visando a participação em dois festivais internacionais e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 31 de agosto de 2016, foi proposto deferir o pedido, sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães, a atribuição deste tipo de apoios. Neste sentido, submete-se a ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA – GRUPO FOLCLÓRICO DE POLVOREIRA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –

Presente a seguinte proposta: “O Grupo Folclórico de Polvoreira solicitou, a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos elementos nos dias 12 e 19 de Setembro de Guimarães ao aeroporto Francisco Sá Carneiro e vice-versa. Considerando que se trata de deslocações que visam a presença do Grupo Folclórico em representação De Guimarães na Gran Canaria e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 16 de agosto 2016, foi proposto deferir o pedido, sendo uma competência da Câmara Municipal, a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do



Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA - COMISSÃO TEMÁTICA DE PROMOÇÃO E DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA DOS OBSERVADORES CONSULTIVOS DA COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP) – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO –

Presente a seguinte proposta: “A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa atribui o estatuto de Observador Consultivo a “organizações da sociedade civil empenhadas nos objetivos prosseguidos pela CPLP, designadamente através do respetivo envolvimento em iniciativas relacionadas com ações específicas no âmbito da Organização”. O estatuto é concedido pela Conferência de Chefes de Estado e de Governo e está, desde 2009, limitado a um máximo anual de cinco candidaturas oportunamente apresentadas e selecionadas. A XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, que teve lugar na Cidade da Praia a 29 de julho de 2009, regulamentou a concessão do referido estatuto e o relacionamento dos Observadores Consultivos com a Comunidade, instituindo para o efeito as Comissões Temáticas. Estas estruturas agrupam os Observadores Consultivos com o propósito de promoverem “o debate e troca de experiências sobre temas da sua competência com vista à identificação e partilha de boas práticas” e à “identificação, formulação, procura de financiamento e implementação de projetos comuns”. A Comissão Temática de Promoção e Difusão da Língua Portuguesa foi uma das cinco criadas pela XIV Reunião Ministerial e surgiu com o propósito de contribuir para a mobilização dos atores da sociedade civil do espaço da Língua Portuguesa de modo a assumirem o papel que lhes cabe na afirmação da nossa língua comum como idioma estratégico de comunicação e sensibilizá-los para as oportunidades

que se abrem pela partilha de uma língua franca num espaço geográfico universal. Foram eleitos, como parceiros principais da Comissão, as Universidades e outras instituições de ensino com importantes comunidades de professores e alunos originários de Estados membros da CPLP. As temáticas abordadas nas diversas iniciativas promovidas pela Comissão visam evidenciar a importância do Português em domínios tão distintos como são a cultura, o ensino, a ciência, a economia, a comunicação social, etc. e contam com a intervenção de personalidades de confirmada autoridade e referência pública nas matérias tratadas. A ação da Comissão Temática desenvolve-se em estreita coordenação com o Secretariado Executivo e com os Chefes das Representações Permanentes junto da CPLP dos nove Estados Membros da CPLP. Inicialmente composta por sete organizações, a Comissão, passou a integrar, em finais de 2014, a Fundação Dr. António Agostinho Neto, a Fundação Roberto Marinho e o Real Gabinete Português de Leitura e, um ano depois, a UCCLA-União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, a Fundação D. Manuel II e a Fundação Oriente reforçando, assim, a sua abrangência e representatividade no espaço da CPLP. Tendo iniciado a sua atividade em junho de 2013, a Comissão Temática é atualmente integrada, para além das citadas, por entidades como a Associação das Universidades de Língua Portuguesa, a Confederação Empresarial da CPLP, a Fundação Calouste Gulbenkian, a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Instituto Internacional de Macau, ou o Observatório da Língua Portuguesa. A experiência recolhida anteriormente aponta para a manutenção dos objetivos e estratégias oportunamente definidos no que tange à programação de atividades a realizar no segundo semestre de 2016 e em 2017. Assim, e em primeiro lugar, a



Comissão continuará a privilegiar a opção de eleger como locais da concretização das suas iniciativas instituições de ensino superior e seleccionar os seus colaboradores nesse universo. A cooperação com as universidades deve ser estendida a autarquias e a mais organizações com efetiva implantação e expressão no seio da sociedade civil. A título de exemplo, refira-se que Guimarães acolheu, no passado dia 7 de abril, no Centro Internacional das Artes José de Guimarães, o seminário "A CPLP e a Projeção Internacional da Língua Portuguesa", que assinalou o início das comemorações do 20º aniversário da CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e cuja organização esteve a cargo da referida Comissão Temática, do Município de Guimarães e da Universidade do Minho. Prosseguirá, entretanto, a interação com entidades oficiais, académicas e da sociedade civil de regiões cultural e geograficamente próximas do espaço lusófono; tal significa, por um lado, a continuidade da colaboração com organizações da Galiza, Goa, Macau e Malaca e, por outro, o início de ações na Extremadura e Marrocos. Serão, igualmente, intensificadas diligências já empreendidas com universidades, empresas e organizações da sociedade civil angolana no intuito de criar condições para a extensão da atividade da Comissão àquele PALOP. Assim, considerando o inquestionável interesse público de que se reveste a ação da Comissão Temática de Promoção e Difusão da Língua Portuguesa dos Observadores Consultivos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa para a afirmação e valorização da Língua Portuguesa, o papel histórico de Guimarães na fundação da nacionalidade portuguesa e o seu carácter simbólico no mundo lusófono, o facto de o início das Comemorações dos 20 Anos da CPLP ter tido lugar em Guimarães no passado dia 7 de abril e de o respetivo encerramento estar igualmente previsto para

Guimarães, no próximo mês de novembro e, finalmente, o pedido formulado pelo Coordenador daquela Comissão Temática, proponho a atribuição, à referida Comissão, de um subsídio de €10.000,00, destinado a apoiar financeiramente o respetivo programa de atividades a realizar no segundo semestre de 2016 e em 2017.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA - FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO – PROTOCOLO – Presente a seguinte

proposta: “Considerando que: 1. Os Municípios, enquanto autarquias locais, dispõem, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de atribuições nos domínios do património, cultura e ciência; 2. Para exercer essa atribuição os Municípios têm como competência material apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/201; 3. Sem prejuízo da prossecução direta das atribuições referidas na alínea antecedente, o Município de Guimarães tem assumido um papel interventivo no apoio às instituições que desenvolvam atividades promotoras ou valorizadoras do património e da cultura concelhios, considerando-as parceiras determinantes na concretização dos seus objetivos; 4. Nos termos do cânone 515.º § 3, do Código de Direito Canónico, as paróquias, enquanto comunidades de fiéis constituídas sob a autoridade do Bispo diocesano, são legitimamente eretas e gozam, pelo próprio direito, de personalidade jurídica pública e que o Pároco é, nos termos do cânone 532 do Código de Direito Canónico, o representante da paróquia, sendo auxiliado, na administração dos bens da mesma, pelo Conselho Paroquial para os Assuntos Económicos, de acordo com o previsto no cânone 537.º do referido Código; 5. O Conselho



Paroquial para os Assuntos Económicos, vulgarmente conhecido por “Comissão Fabriqueira” ou ainda por “Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de...” (designação derivada do Código de Direito Canónico de 1917) é também uma pessoa coletiva de direito canónico que goza de personalidade jurídica, tanto no foro eclesiástico como no civil; 6. As Paróquias são entidades com um papel relevante na promoção e organização de várias festividades, as quais, reflexamente, contribuem para a divulgação da cultura e património locais, além de dinamizarem, colateralmente, o turismo e a economia locais; 7. As Paróquias são ainda responsáveis pela recuperação e/ou manutenção do vasto património religioso, designadamente no que respeita às Igrejas e Capelas sob sua jurisdição, bem como pelo desenvolvimento de importantes ações de apoio socio-caritativo à população mais carenciada; 8. As pessoas coletivas de direito público devem colaborar com os detentores de bens culturais, para que estes possam conjugar os seus interesses e iniciativas com a atuação pública, à luz dos objetivos de proteção e valorização do património cultural, e beneficiem de contrapartidas de apoio técnico e financeiro e de incentivos fiscais (artº. 8º. da Lei de Bases do Património Cultural); 9. É tarefa fundamental do Estado, através da salvaguarda e valorização do património cultural, assegurar a transmissão de uma herança nacional cuja continuidade e enriquecimento unirá as gerações num percurso civilizacional singular (artº. 3º. da Lei de Bases do Património Cultural). 10. A Capela de Nossa Senhora da Conceição, na freguesia de Azurém, encontra-se classificada como Imóvel de Interesse Público, por Decreto nº. 40361, de 20 de outubro de 1955, ou seja, a classificação atribuída a um bem cuja proteção e valorização representa ainda um valor cultural de importância nacional, mas para o qual o regime de proteção

inerente à classificação como de interesse nacional se mostra desproporcionado (artº. 15º. da Lei de Bases do Património Cultural). 11. Considerando, por fim, a urgência em celebrar o protocolo anexo, tendo em vista que o prazo limite para submissão de candidaturas ao Norte2020 – sob Aviso NORTE-14-2016-03/“Património Cultural” enquadrado na Prioridade de Investimento 6.3, ou 6c, do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 (NORTE 2020), “Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural”, e no respetivo Objetivo Específico, “Promover a valorização da excelência do património cultural e natural no contexto de estratégias regionais distintivas de desenvolvimento turístico” - do Projeto de Reabilitação e Restauro do património imóvel e móvel integrado da Capela de Nossa Senhora da Conceição, é o dia 31 de agosto de 2016. Aprovo a presente proposta e minuta de protocolo anexa, submetendo-a ratificação na próxima reunião de Câmara, aprazada para o dia 8 de setembro de 2016, nos termos do nº 3 do artº. 35º da referida Lei nº 75/2013.” A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DESPORTO - INSTALAÇÃO DE UM PARQUE DE PATINAGEM E SKATE NUM TERRENO PROPRIEDADE DO VITÓRIA SPORT CLUBE – ACORDO PARA CONCESSÃO DE UTILIZAÇÃO PRIVATIVA DE BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO E CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE – Presente a

seguinte proposta: “A comunidade jovem vimaranense reclama, há vários anos, a criação de condições para a prática da Patinagem e do Skate. Se no primeiro caso se verifica a total inexistência de um local adequado à prática da modalidade, no caso do Skate os seus praticantes recorrem habitualmente a espaços inadequados e sem



condições de segurança. O Município de Guimarães pretende, por isso, levar a efeito a execução de um Parque de Patinagem e Skate, identificando-se como local estratégico preferencial para esse efeito um terreno propriedade Vitória Sport Clube (VSC), contíguo ao Parque da Cidade, complementando as valências já existentes nesse local e atraindo um novo tipo de praticantes desportivos. Contactado para o efeito, e após reuniões realizadas, foi proposto um acordo ao VSC que passaria pela cedência do terreno onde está construída a antiga e desativada piscina do Clube e a sua envolvente ao Município, mediante a constituição de um direito de superfície a favor deste. Como contrapartida, o Município disponibilizaria ao VSC um espaço do domínio público, que se encontra nas imediações do Estádio D. Afonso Henriques, na Rua de S. Gonçalo, para exploração de um posto de abastecimento de combustíveis. De acordo com as avaliações realizadas, a ocupação do terreno pelo VSC, pelo prazo de 20 anos, para requalificação e instalação do posto de abastecimento de combustíveis tem o valor de €245.187,00. O direito de superfície, por 20 anos, do terreno do VSC a favor do Município foi avaliado em €160.863,47. Verifica-se, assim, uma diferença no valor total de €84.323,53. Entretanto, tendo em vista a requalificação da zona, foi realizado um estudo urbanístico abrangendo o posto de abastecimento de combustíveis de S. Gonçalo e envolvente próxima, cujas obras, que correriam por conta do VSC, se estimam num valor de €70.000,00 + IVA. Refira-se que a Câmara Municipal pretende, desde há vários anos, intervir neste espaço público, através da sua requalificação, existindo mesmo já um estudo urbanístico desenvolvido pelos competentes serviços municipais. Para este efeito, o atual operador foi ao tempo notificado daquela pretensão, pelo que a respetiva licença de exploração tem vindo a ser emitida semestralmente, de

forma precária. Através de ofício, veio o VSC comunicar que a Direção do Clube deliberou aceitar a proposta ora apresentada e submetê-la ao escrutínio dos associados na próxima Assembleia Geral, tendo em vista a aprovação de todos os atos jurídicos necessários à sua concretização. Propõe-se, assim, nos termos da alínea qq], do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a que a Câmara Municipal, enquanto órgão competente para administrar o domínio público municipal em todas as suas vertentes (atribuição de licença ou concessão do uso privativo desses bens), aprove a constituição do direito de superfície do terreno da Rua de São Gonçalo, a favor do VSC, pelo prazo de 20 anos, cujas obras de requalificação correrão por conta do VSC, como contrapartida da constituição do direito de superfície, a favor do Município de Guimarães, da parcela de terreno situada na Rua Antero de Quental, freguesia da Costa, propriedade do VSC, inscrita na matriz sob o artigo 216, com uma área de 7.461,25 m², pelo prazo de 20 anos, tendo como finalidade a construção de um parque de patinagem e skate.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DIVERSOS - REFORÇO DO FUNDO DE MANEIO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DESTINADO ÀS DESPESAS COM TAXAS E EMOLUMENTOS DEVIDOS AOS CARTÓRIOS NOTARIAIS, CONSERVATÓRIAS DE REGISTO CIVIL, PREDIAL E COMERCIAL, TRIBUNAIS E SERVIÇOS DE FINANÇAS – Presente a seguinte informação: “Por deliberação de

7 de janeiro do corrente ano a Câmara Municipal aprovou a constituição de fundos de maneiio para o ano de 2016, nos termos do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro (Considerações Técnicas 2.9.10.1.11) e do nº 4 do art.º 12º do Regulamento Interno da Contabilidade e, ainda, do art.º 2º do Regulamento de



Controlo Interno dos Fundos de Maneio. Para o Departamento de Administração Geral foi constituído um fundo de maneio no valor de €1.500,00 (mil e quinhentos euros) para despesas com taxas e emolumentos devidos aos Cartórios Notariais, Conservatórias de Registo Civil, Predial e Comercial, Tribunais e Serviços de Finanças, a sair da rubrica 02/020225. No entanto, este valor mostra-se, neste momento, insuficiente para fazer face às despesas que se prevê venham a ocorrer até ao final do corrente ano com a realização das escrituras de expropriação, e correspondentes registos prediais, das parcelas de terreno destinadas à execução da obra do Parque de Camões e, mais tarde, as escrituras de expropriação de terrenos destinados à concretização da obra da Ecovia. A título de exemplo refira-se que o custo do registo predial de cada parcela importa no pagamento de €250,00. É, assim, necessário proceder-se ao reforço do valor de €1.500,00, aprovado pela Câmara Municipal, para um valor de €2.500,00. Coloca-se, assim, à consideração do Sr. Presidente a aprovação deste reforço, mediante nova deliberação da Câmara Municipal.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----
A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA. -----
PELAS DOZE HORAS E QUINZE MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----